

IRSA - CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL (01/10/2025 A
20/01/2026) - IRSA 25 - HYDROSOCIAL TERRITORIES AND WATER
(IN)JUSTICE IN RURAL WORLDS

**TERRITÓRIOS RURAIS POPULARES COMO SUJEITOS DA ADAPTAÇÃO
CLIMÁTICA: (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL E RECONSTRUÇÃO NO
ASSENTAMENTO INTEGRAÇÃO GAÚCHA (COOTAP) APÓS A ENCHENTE
DE 2024. // VERSÃO EM INGLÊS: POPULAR RURAL TERRITORIES AS
SUBJECTS OF CLIMATE ADAPTATION: ENVIRONMENTAL (IN)JUSTICE
AND RECONSTRUCTION I**

Júlio Picon Alt (julio.alt@gmail.com)

Victoria Mello Fernandes (mellofvictoria@gmail.com)

Este trabalho analisa territórios hidrossociais e a (in)justiça da água após a enchente de 2024 no Rio Grande do Sul (Brasil), a partir do estudo de caso do assentamento da reforma agrária Integração Gaúcha (COOTAP), em Eldorado do Sul. A enchente agravou inseguranças já presentes nos anos anteriores sobre a continuidade da produção agroecológica em áreas do território diretamente atingidas. Pergunta-se como as famílias assentadas vivenciaram o desastre, quais noções de justiça territorial e legitimidade territorial emergem de seus relatos e como práticas comunitárias de gestão da água confrontam respostas governamentais tecnocráticas e orientadas ao mercado. Examina-se,

ainda, como essas respostas locais tensionam práticas comerciais no território e a invisibilização de sujeitos rurais na governança de desastres.

A pesquisa adota metodologia de pesquisa-ação multisituada, com estudos de caso em diferentes setores do assentamento. Produz dados por observação em campo, entrevistas semiestruturadas com lideranças e famílias, e análise de documentos, registros institucionais e materiais audiovisuais. Ao articular narrativas locais, saberes territorializados e políticas públicas, busca contribuir para debates sobre justiça climática e desigualdade socioambiental, questionando uma resposta estatal que permanece atrelada a lógicas mercadológicas e a soluções de grande escala.

Resultados preliminares indicam que, apesar da destruição, o assentamento reafirmou a função socioambiental da terra por meio do cuidado, de redes de solidariedade e de reorganização autônoma. A agroecologia e o manejo sustentável da água, articulados a vínculos comunitários densos, foram centrais para resposta e recuperação, viabilizando adaptação localizada e ajuda mútua. Em contraste, políticas públicas priorizam obras e planos emergenciais pouco aderentes às realidades locais, limitando a participação social e desconsiderando saberes locais. Enfatiza-se que desigualdades históricas no acesso à terra e reconhecimento territorial estruturam vulnerabilidades e a recuperação coletiva. Sustenta-se que a (in)justiça da água exige reconhecer territórios rurais populares como sujeitos da reconstrução pós-desastre e da adaptação climática.

Palavras-chave: versão em português: crise climática; função socioambiental da terra; territórios hidrossociais; (in)justiça ambiental; reforma agrária; rio grande do sul // versão em inglês: climate crisis; socio-environmental function of land; hydrosocial territories; environmental (in)justice; agrarian reform; rio grande do sul.